

Algumas reflexões sobre a Independência da América: uma comparação entre Francisco Adolfo de Varnhagen e Domingo Faustino Sarmiento

LIZ ANDRÉA DALFRÉ*

A temática das independências na historiografia

É ponto de acordo entre diversos historiadores que os processos de Independência na América ibérica representam um dos acontecimentos mais importantes da história universal contemporânea.¹ Desde os principais eventos vinculados a essa questão, que culminaram com chegada de Napoleão a Península Ibérica em 1808, as Independências tornaram-se um tema valorizado, para o qual se têm atribuído grande importância uma vez que simboliza a ruptura entre as metrópoles espanhola e portuguesa e suas colônias americanas. Entre o século XIX e o momento atual, várias interpretações foram dadas aos movimentos de Independência da América Central e do Sul.

De acordo com Chust e Frasset, até a década de 1950 existia um consenso historiográfico que interpretou as independências ibero-americanas como um fenômeno de caráter político que buscava o rompimento dos vínculos coloniais com a metrópole. Nesta literatura, enfatizava-se como um dos pontos centrais a substituição do poder político das mãos dos peninsulares para os crioulos. (CHUST & FRASQUET, 2009: 13).

As análises que vigoraram até a metade do século XX, de cunho nacionalista e liberal, giravam em torno de temas como o nacionalismo (no sentido de que as independências forjaram nações). Tais reflexões marcam uma visão anacrônica e teleológica da história das independências, que pressupunha a existência de um nacionalismo que teria precedido o processo de construção dos estados nacionais. Essa historiografia leva à crença de que existia um sentimento patriótico vinculado às nações

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

¹ Como, por exemplo, em CHUST, Manuel & FRASQUET, Ivana. **Las independencias en América**. Madrid: Catarata, 2009, p. 9 e MACFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p 387.

americanas (que ainda não existiam). Tal sentimento teria sido responsável pela mobilização dos americanos em prol da independência, desde a formação das primeiras Juntas Governativas na América, em 1808.

Autores contemporâneos como François-Xavier Guerra, demonstram a importância de compreendermos o período entre 1808 e 1809 a partir de uma idéia de conjunto do qual tanto a Península como as colônias americanas faziam parte. Segundo Guerra, jornais, atas de cabildos e correspondências confirmam a idéia de que os americanos estavam preocupados com a invasão napoleônica, com a formação das juntas, com as eleições para deputados, enfim, com o conjunto da monarquia, da qual se sentiam parte. Neste sentido, as explicações que remetem a um sentimento nacionalista no período compreendido entre 1808 e 1809, devem-se ao interesse em criar um imaginário nacional para os novos países independentes. (GUERRA, 2009: 115-148).

Nesta historiografia também houve um grande investimento na construção de heróis, na legitimação das ações realizadas por líderes militares, que teriam sido os responsáveis pela condução das independências e pela fundação da nação.

Tais interpretações foram bastante questionadas pela historiografia posterior. Esta detectou que as vertentes predominantes até a década de 1950, de forma geral, não consideravam aspectos regionais, diferenças sócio econômicas e culturais e não levavam em consideração a participação de indígenas, mestiços, mulatos e negros nos processos de independência. Crioulos e espanhóis eram descritos como os únicos protagonistas dos eventos. Também apresentavam um caráter maniqueísta uma vez que opunham termos como patriotas e traidores, americanos e gachupines, entre outros.²

No caso específico da América portuguesa, as interpretações historiográficas “sempre reforçaram o consenso de que o nascimento do Brasil independente é desdobramento do nascimento do liberalismo político em Portugal” (PIMENTA, 2008: 72). Segundo Pimenta, os historiadores brasileiros se voltaram para o tema da Independência, enquanto os portugueses detinham-se aos aspectos do liberalismo.

² Conforme Mader, entre os autores dessa tradição historiográfica “liberal e burguesa” estão, a título de exemplo, Jacques Godechot e Robert R. Palmer que enfatizavam a “vocaçao burguesa” do “mundo Atlântico” na época das revoluções. MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. **Rev. hist.**, São Paulo, n. 159, dez. 2008. Disponível em

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092008000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jan. 2011, p. 232.

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiu uma historiografia revisionista para o caso das interpretações referentes à América espanhola. Contribuiu para isso a especialização do campo – tanto da história como das ciências sociais – e o questionamento proposto pelos autores de então quanto à leitura das fontes primárias realizadas pelos autores da historiografia tradicional. O contexto mundial caracterizado pela Revolução Cubana, Segunda Guerra Mundial, descolonização da América Latina, também contribuíram para um novo direcionamento das interpretações sobre as independências iberoamericanas. Esse quadro foi fomentado ainda pelos debates gerados pela Teoria da Dependência e por diversas correntes marxistas.³

Houve uma proliferação de trabalhos de caráter marxista que entendiam as independências como um processo revolucionário liberal e burguês, conduzido pela burguesia crioula. Tanto neste caso, como na historiografia nacionalista e liberal que perdurou até a década de 50 do século XX, houve um discurso hegemônico que tentou unificar a história das sociedades ibero-americanas profundamente diversificadas étnica e socioeconomicamente.

Ainda assim, esses debates tentaram levantar algumas contradições e complexidades internas da sociedade colonial como a afirmação de que a elite crioula teria as melhores condições econômicas e sociais, mas estava excluída de cargos administrativos, políticos e eclesiásticos; a tensão racial existente entre a elite crioula e os negros, indígenas e mestiços; a dimensão e importância das guerras civis que ocorreram em território americano.

A partir de 1970, esses debates foram acrescentados por novas vertentes historiográficas, como a história social. Essa nova abordagem trouxe à tona os grupos populares, ou seja, interessou investigar não somente as ações e idéias das camadas dirigentes, mas a participação de diferentes grupos sociais nos movimentos de independência. Essas análises tinham ainda a proposta de pensar os conflitos a partir da história regional, questionando a inevitabilidade da independência e desconstruindo o

³ Anthony McFarlane aponta para as proximidades entre a historiografia sobre a América portuguesa e espanhola em relação aos seguintes pontos: quanto ao tom patriótico de uma historiografia mais antiga, que visava mostrar “o nascimento da nação” como um trunfo das incipientes comunidades nacionais; o foco nos conflitos e continuidades sociais, aspectos ideológicos da independência ou o papel desempenhado pela história das independências na formulação dos mitos nacionais, em uma historiografia mais recente. MACFARLANE, op., cit.

culto aos heróis. Rompeu-se o olhar teleológico e os movimentos de independência passaram a ser compreendidos como um processo histórico.⁴

Na década de 80 e 90 do século XX, mudanças sócio-políticas e historiográficas contribuíram para novos questionamentos e interpretações. O fim das ditaduras e da Guerra Fria, bem como o advento da democracia, possibilitou o desenvolvimento de novas reflexões sobre a questão política e histórica. A ampliação e o alcance de novos campos historiográficos como a História Cultural, a história de Gênero, entre diversas outras perspectivas metodológicas, trouxeram novas possibilidades de análise do tema. As perspectivas de análise problematizam os diversos grupos sociais envolvidos de forma direta e indireta no processo de independência (crioulos, escravos, indígenas, mulheres, clero, etc.), as origens ideológicas desses movimentos e seu caráter de continuidade ou ruptura; o papel da Constituição espanhola de Cádiz como inspiradora desses processos; como a sociedade americana teria vivenciado a experiência da mutação da tradição à modernidade; a como parte dos processos revolucionários liberais do ocidente como um todo.

Autores como Manuel Chust, José Carlos Chiaramonte e François-Xavier Guerra, entre outros, podem ser considerados representantes dessas perspectivas historiográficas desenvolvidas nas últimas décadas.

Esse pequeno quadro pode nos dar a dimensão dos avanços conquistados no campo historiográfico. Porém, apesar da existência de uma vasta literatura referente aos processos de Independência na América espanhola e portuguesa, McFarlane chama a atenção para o fato de que a maioria dos trabalhos se voltou para os aspectos nacionais sem apontar proximidades, diferenças, resultados ou ligações com os movimentos de independência das outras localidades. De acordo com este autor, os historiadores estavam mais preocupados em examinar a história da sua independência para buscar respostas sobre a formação da nação, por isso enfatizaram aspectos regionais.(MACFARLANE, 2006: 387).

O objetivo deste texto é analisar, de forma comparativa, como dois autores do XIX pensaram os processos de independência da América espanhola e portuguesa. Analisar textos produzidos no XIX, à luz das críticas e avanços de uma historiografia

⁴ Como representante desta vertente historiográfica, Mader indica Pierre Chaunu e sua produção do início dos anos 1970 (Independência da América Latina). MADER, op. cit, p. 232.

recente, torna-se um exercício importante para verificarmos até que ponto algumas permanências interpretativas resistiram. A questão principal, portanto, é compreender como Domingo Faustino Sarmiento e Francisco Adolfo Varnhagen, interpretaram os movimentos de Independência da América espanhola e portuguesa, respectivamente.

História da Independência do Brasil

Filho de um alemão e de uma portuguesa, Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu nas proximidades da vila de Sorocaba em 1816 e aos oito anos foi morar em Portugal, onde realizou seus estudos. Em 1839 se tornou sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e em 1840 veio para o Brasil e passou a freqüentar as reuniões desta instituição.⁵ De acordo com algumas pesquisas sobre o tema sua fidelidade à monarquia portuguesa o fizeram se aproximar do projeto de construção do Estado e da nação brasileira (VIEIRA, 2006: 1-12). Neste sentido, como escritor a atividade de Varnhagen ia de encontro aos interesses do IHGB.

Varnhagen foi canonizado como historiador desde a época em que escreveu suas principais obras, na segunda metade do XIX. É considerado, por muitos historiadores, fundador de uma história nacional e representante de uma historiografia paradigmática. (REIS, 1999: 23). Seu compromisso com a organização de uma memória para o Estado Imperial foi registrada, principalmente, nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em *História Geral do Brasil*.⁶

Na primeira edição de *História Geral*, publicada em Madri em 1854, três capítulos foram dedicados ao processo de Independência brasileiro. Esses textos foram suprimidos na elaboração da segunda edição para comporem *História da Independência do Brasil*, concluída em 1875 (VIEIRA, 2006: 2).

Varnhagen dividiu a obra em um prefácio no qual explica que os motivos da escrita de tal texto se devem a necessidade de legar ao Brasil “a História Geral da sua

⁵ Criado em 1838 no Rio de Janeiro, o IHGB tinha como objetivo a construção de uma história da nação, a solidificação de mitos de fundação e de um determinado passado, o ordenamento dos fatos históricos e a busca de uma narrativa homogênea que sintetizasse a história de personagens e eventos até então dispersos.

⁶ Segundo Reis, essa obra foi a “mais completa, confiável, documentada, crítica, com posições explícitas” do período Imperial. Ibid., 23.

civilização, até a nova era que começou com a proclamação do Império” (VARNHAGEN, 2010: 11).

Ao prefácio, seguem mais dez capítulos organizados de forma cronológica nos quais o autor detalha os acontecimentos que culminaram com a Proclamação da Independência, como as agitações que culminaram na Revolução do Porto, a partida de D. João VI, a reunião das Cortes de Lisboa, a Proclamação da Independência, a Aclamação, a formação e dissolução da Constituinte.

Varnhagen finaliza a trajetória cronológica com um item sobre o Tratado *do reconhecimento de Independência*, de 1825. Há ainda um último capítulo intitulado *Províncias*, no qual estabelece a relação entre os acontecimentos do Rio de Janeiro, de Portugal e de diversas províncias do atual nordeste brasileiro além do Pará. Devido aos limites intrínsecos aos objetivos deste trabalho, utilizei a primeiro capítulo referente à partida de D. João VI do Brasil a Portugal e o capítulo VI, que versa sobre a Proclamação da Independência. A escolha de tais textos está pautada na importância atribuída ao autor a estes acontecimentos históricos, fator evidenciado em sua construção argumentativa.

O texto apresenta uma narrativa sequencial, com descrições minuciosas referentes aos acontecimentos que ocorreram entre 1808 e 1825 em torno de D. João e de D. Pedro. Ele descreve ações, reuniões, embates, desavenças e ressentimentos de grupos que estavam ao redor do monarca e do príncipe.

Para Varnhagen a antiga situação colonial era humilhante, mas esse contexto foi superado com a chegada da corte. O historiador indica os três passos que conduziram à formação da nação brasileira. O primeiro deles teve início em 1808, quando a coroa portuguesa cruzou o Oceano Atlântico, mediante a invasão napoleônica e se estabeleceu no Brasil. Esta teria sido a primeira ação que “fomentou a união da nação futura” devido à presença do monarca. Mas esse também teria sido o momento no qual a monarquia fez convergir o interesse e atenção das províncias do norte “pois que só desde então começaram os moradores do antigo Estado do Maranhão a acostumar-se a receber as ordens vindas não já da Europa, mas dos confins do Brasil” (VARNHAGEN, 2010: 18).

O segundo passo que tornou possível a unificação, contrariando a antiga separação entre os dois estados brasileiros, foi a elevação das províncias do Amazonas ao Prata à categoria de Reino, em 1815. De acordo com Varnhagen esse fato foi

“acolhido com entusiasmo por todos” (VARNHAGEN, 2010: 19). De acordo com o autor “em meados de 1820, era já toda esta região a sede de um Império maior que o dos romanos, o qual estendia o seu poderio pelas cinco partes do globo terrestre” (VARNHAGEN, 2010: 18). Nesta e em diversas outras passagens do texto, Varnhagen não considerou os diversos conflitos regionais que colocavam em cheque as decisões da corte, como se estas tivessem sido tranquilamente aceitas em todas as províncias sem resistências.

A referência de Varnhagen a idéia de Império não é algo novo na literatura referente ao Brasil. De acordo com Maria de Lourdes Lyra, “a reunião de extensos territórios coloniais sob a dominação de uma metrópole européia conferiu às terras do Novo Mundo, desde os tempos iniciais da colonização, a noção de impérios” (LYRA: 1994, 117). Da mesma forma, a comparação com o Império Romano foi um elemento recorrente nesta literatura. Conforme Lyra, as relações construídas no Novo Mundo, a partir da orientação da metrópole, remetia a idéia de impérios clássicos. Tinham como modelo o Império Romano além de alimentarem a utopia de Portugal representar o Quinto Império do mundo. Tal crença mistificadora esteve presente no imaginário português desde o século XVII, com a guerra de Restauração, quando Pe. Antonio Vieira a utilizou em prol dos interesses da monarquia (LYRA: 1994, 120).

Em História da Independência é evidente a lealdade e respeito de Varnhagen para com os monarcas portugueses. Ele constrói uma imagem positiva de D. João “como homem de bastante tino e circunspeção, justo, desejoso de acertar, de muita consciência e bastante aplicado aos negócios (VARNHAGEN, 2010: 19).

Por fim, a terceira iniciativa em favor “da futura unidade nacional” de acordo com Varnhagen teria sido a decisão, após acalorados debates, da partida de D. João VI para Portugal e da permanência do príncipe regente no Brasil. Varnhagen prioriza as correspondências, cartas e discursos que circulavam em torno da corte. Ele descreve os episódios, de fevereiro de 1821, comentando que a Bahia optou por não obedecer aos decretos reais, pois já estava vinculada as cortes de Portugal e compreende esse fato como responsável por livrar o Brasil “do maior perigo que deveria temer: o obter novas instituições à custa do seu fracionamento, como sucedera aos povos seus limítrofes das antigas colônias da Espanha” (VARNHAGEN, 2010: 52). Varnhagen considerava fundamental manter a unidade territorial. O exemplo da América espanhola,

fragmentada, era temido e a fidelidade à Portugal demonstrada pela Bahia naquele momento, seria uma forma de salvaguardar a unidade mesmo que isso significasse uma posição contrária as decisões reais.

No capítulo referente à Proclamação da Independência, Varnhagen enfatizou a importância de D. Pedro I e de sua ação libertadora para a unificação e solidificação dos interesses nacionais, dando a entender que tais interesses “nacionais” já existiam no início da década de 1820. Ele também corroborou a idéia – que ao longo dos anos se tornou recorrente em parte da historiografia sobre a Independência no Brasil – de que, ao contrário dos nossos vizinhos de língua espanhola, o processo de mudança da condição de colônia à independência ocorreu de forma pacífica, por meio de grandes celebrações que acompanharam o brado “Independência ou morte!”. Essa concepção de história, que visa a enaltecer determinados atos considerados heróicos, se inscreve no quadro historiográfico descrito por Chust e McFarlane como nacionalista. De acordo com Reis “Varnhagen desenhará o perfil do Brasil independente, oferecerá à nova nação um passado, a partir do qual elaborará um futuro” (REIS, 2008: 24).

Los dieciocho días de Chile

Domingo Faustino Sarmiento é considerado um dos pensadores mais significativos e paradigmáticos do século XIX na América Latina. Escreveu diversos livros, entre os quais o mais conhecido é *Facundo o civilización y barbarie*. Nasceu em 1811 na cidade de San Juan nas proximidades da cordilheira, fronteira com o Chile. Encontrou dificuldades para estudar, pois sua família era modesta e uma série de incidentes o impediram de frequentar a escola regularmente. Porém, contando com o auxílio de religiosos e amigos, vivenciou experiências de leituras nas quais debateu clássicos como Guizot, Tocqueville, Michelet, Rousseau, entre outros.

De tendência liberal, acreditava que as fontes para o conhecimento moderno e para o progresso deveriam ser buscadas na Europa, sobretudo entre autores franceses. Ao longo de sua vida, atuou como jornalista, diplomata, educador e estadista, chegando à presidência da República Argentina em 1868. Diversos estudos apontam Domingo

Faustino Sarmiento como fundador de uma história nacional argentina e como precursor da formação de um sentimento de nacionalidade e de pertencimento.⁷

É importante ter em mente que até meados do século XIX a Argentina não existia como um Estado unificado sob uma única liderança política e identificado a partir de um sentimento de pertencimento. O território que hoje chamamos de Argentina estava dividido em províncias. Somente em 1861 as lideranças políticas se voltariam para a formação de uma identidade nacional argentina.⁸

Para analisar alguns aspectos da visão de Sarmiento sobre a independência da América espanhola, utilizarei o texto *Los dieciocho días de Chile: desde la derrota de Cancha Rayada hasta la Victoria de Maipo*. Originalmente publicado no periódico *El Mercurio*, de Valparaíso, em quatro de abril de 1841, época na qual Sarmiento encontrava-se exilado em função de dissensões políticas vivenciadas durante o período rosista no Prata.⁹

A orientação narrativa de Sarmiento é completamente diferente da escrita do diplomata brasileiro. O sanjuanino escreveu para um periódico diário, sem pretensões de fazer ciência. Seu texto se inscreve mais em uma espécie de narrativa militante, enquanto Varnhagen procurou estabelecer os parâmetros de uma história nacional para o que se muniu de diferentes documentos na tentativa de legitimar seu discurso. Sarmiento, por sua vez, escreveu como se estivesse vivenciando os momentos das guerras de independência que ocorreu no Chile em 1818.

Sarmiento descreve os momentos finais do conflito, detalhando as ações dos espanhóis, das lideranças militares americanas, mas também os percalços vivenciados pela população que vivia em Santiago. Cada ação dos soldados, cada nova investida dos espanhóis foram descritas como quadros compostos por pessoas e paisagens.

⁷ Ver por exemplo: HALPERÍN DONGHI, Tulio (org.). **Sarmiento. Author of a nation**. Berkeley: University of California Press, 1994; MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825) In: PAMPLONA; MÁDER, Maria Elisa (orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 69-92;

⁸ MYERS, Jorge. Una cuestión de identidades. La búsqueda de los orígenes de la nación argentina y sus aporías. **Prismas Revista de História Intelectual**, ano 3, nº 3. Buenos Aires: Universidade de Quilmes, 1999. Shumway, por sua vez, indica a década de 1880 como linha divisória entre a instabilidade política e social e a moderna nação argentina. Ver SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina: história de uma idéia**. São Paulo/Brasília: Edusp/UNB, 2008.

⁹ O texto citado está disponível em: SARMIENTO, Domingo Faustino. **Obras completas: artículos críticos y literarios (1841-1842)**. Tomo I. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Matanza, 2001, p. 18-30.

Enquanto Varnhagen preocupou-se em reunir “novos documentos e informações fidedignas”, Sarmiento não se preocupou em citar as fontes de sua pesquisa: “consultaré los pocos datos escritos que encuentro, imploraré em mi auxilio la tradición ya confusa de hechos tan recientes”. Enquanto o primeiro enfatiza que o historiógrafo “cumpre com seu dever quando, com critério e boa fé e imparcialidade, dá, como em um jurado, mui consciosamente, o seu veredictum” (VARNHAGEN, 2010: 11-12), o segundo avisa “seguiré, pues, las impulsiones de mi corazón” (SARMIENTO, 2001: 19). Além das diferenças relativas a formação, devemos ter levar em consideração que Sarmiento era um exilado político que escrevia fora de sua terra natal, ao passo que Varnhagen estava estabelecido no sistema imperial.

Tanto Sarmiento como Varnhagen, além de uma intensa atividade intelectual, ocuparam cargos diplomáticos. Entretanto, muitas diferenças podem ser observadas quanto ao teor da relação existente entre esses escritores e os governos dos seus respectivos lugares de origem. Varnhagen apoiava à família real e a monarquia. Sarmiento, por sua vez, vivenciou um período de intensos conflitos civis na região do Prata durante o período rosista, fator que o obrigou ao exílio no Chile.¹⁰

Algumas diferenças entre os dois escritores são fundamentais para a concepção de suas idéias sobre a Independência. Varnhagen possuía uma relação estreita com a Casa de Bragança, atuando como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e como diplomata durante o II Reinado. Sarmiento, no período em que escreveu o texto *Los dieciocho días del Chile* estava exilado neste país.

A reflexão de Sarmiento sobre a independência esteve pautada na oposição entre espanhóis e americanos. “La América y la España” que traduziu como “la independencia y la esclavitud” (SARMIENTO, 2001: 25). De um lado, ele identificou os espanhóis, “ensalzando su unidad antigua, su quietud, su gobierno paternal y su piedad religiosa”. Os espanhóis foram descritos como imprudentes e imprevisíveis

¹⁰ Juan Manuel de Rosas foi governador da Província de Buenos Aires entre 1829 e 1832 e assumiu pela segunda vez esse cargo em 1835, permanecendo no poder até 1852. Esse segundo mandato é denominado pelos estudiosos do tema como *período rosista*. Rosas articulou uma série de pactos interprovinciais que deram origem a Confederação Argentina que, todavia, existiu sem constituição e instituições nacionais. Esse período da história argentina foi marcado por lutas civis entre federalistas – partido de Rosas – e unitários – partido do qual Sarmiento fazia parte. Durante o período rosista, o governo assumiu uma postura de perseguição aos seus inimigos. Muitos foram exilados no Uruguai e no Chile, como aconteceu com Sarmiento. No Chile, Sarmiento teve uma grande atividade literária, sobretudo escrevendo em jornais de Valparaíso e Santiago.

enquanto o segundo grupo foi descrito como “ardiente y lleno de ilusiones” e nas guerras de Independência os espanhóis os viam “ostentar su ciência, su juventud, su emancipación de espíritu y sus esperanzas” (SARMIENTO, 2001: 18-19).

Em Varnhagen não aparece uma oposição entre portugueses e americanos. De acordo com Martha Vieira, embora haja uma propensão do autor em *História da Independência do Brasil*, a considerar brasileiro aquele que possuía naturalidade, residia ou havia aderido a causa do Brasil, o referenciado autor indica uma multiplicidade de identidades políticas ao falar de “portugueses dos dois hemisférios”; ‘portugueses natos da Bahia’; ‘portugueses estranhos aos interesses do Brasil e nele não domiciliados’; ‘filhos de Portugal’, ‘brasileiros adotivos’ e ‘brasileiros natos’ (VIEIRA, 2006: 4). Esse encaminhamento de Varnhagen revela não somente uma variedade de interesses, como afirma Vieira, mas uma opção do historiador pela não homogeneização.

Não podemos supor que a opção por não opor portugueses e brasileiros se deve somente aos aspectos relacionados à experiência política e pessoal do autor, uma vez que tinha um contato estreito com a Casa de Bragança, viveu muitos anos em Portugal, onde realizou seus estudos e fez parte das tropas de D. Pedro IV no período das Guerras Liberais. Tal contradição pode ser situada em relação a ruptura com a metrópole e a fundação de um Estado e de uma nação ao mesmo tempo que a legitimidade do poder imperial dependia do vínculo entre o monarca e o Brasil e a casa dinástica da antiga metrópole. Sarmiento, por outro lado, considerava a monarquia um empecilho contra as luzes da razão e o modelo que defendia era constitucional e republicano.

A perspectiva de narrativa dos dois autores em relação à Independência é diferente. Varnhagen se preocupou em mostrar as dissensões, discussões e contingências dos grupos que estavam ao redor do monarca em um primeiro momento e, após a partida deste, do seu filho. Sarmiento estava interessado em narrar os eventos que afligiram a população chilena, embora tenha feito referência, de maneira calorosa, a presença e a ação de liderança de grandes figuras militares como San Martín. Neste sentido, os dois autores se aproximavam novamente, uma vez que optam por uma historiografia que enaltece grandes figuras políticas ou militares e contribuem para a consolidação de um panteão dos heróis nacionais. Por um caminho diferente, Sarmiento também enaltece e idealiza a Independência:

Olvidaré de los intereses presentes para volver mis ojos a aquellos grandes días em que las sociedades americanas se organizaban en batallones, que traían por enseña independencia, la espada de los combates en una mano, el código de los derechos del hombre em la outra, libertad em el alma, animosidad y abnegación em el corazón, y em los lábios el grito de guerra con que turbaban la antigua quietud de las colonias y hacían resonar las vastas soledades americana (SARMIENTO: 2001: 19).

O sanjuanino considerava importante a manutenção da memória da independência pois “La servidumbre, me he dicho, se mantiene por el olvido de las pasadas glorias; y um pueblo es perdido cuando se há hecho incrédulo a la religión de los recuerdos” (SARMIENTO, 2001: 19-20). A relação de Sarmiento com a independência era estreita devido a experiência de seu pai, veterano das guerras pela Independência na região do Prata e reconhecido como um fervoroso patriota. Em sua juventude em San Juan, Sarmiento recebeu orientação moral e religiosa do presbítero Don José Oro, um religioso que participou ativamente das guerras de Independência e foi seu mentor intelectual. (SARMIENTO, 1998: 24-26).

Podemos ainda considerar Sarmiento como um dos primeiros escritores do XIX a compreender o movimento de Independência como um fenômeno nacionalista, pressupondo a existência de tal sentimento antes da construção do estado nacional chileno. A constituição aparece como uma referência constante e indispensável em seu texto, pois remetia aos países modernos, como os Estados Unidos, por exemplo, cujo modelo de governo era valorizado por este escritor.

Considerações finais

Para este trabalho comparativo selecionei dois pensadores que construíram reflexões paradigmáticas sobre a sociedade na qual viviam. Em muitos momentos, história, sociedade e território se transformaram em elementos naturalizados no discurso historiográfico destes autores como sendo parte, desde sempre, de uma mesma e acabada nação. Devido à dimensão de sua obra, aos vínculos que possuíam com os grupos dominantes de então e, sobretudo, por desenvolverem reflexões que puderam ser acionadas em diversos momentos históricos com o objetivo de alimentar ou legitimar determinadas memórias coletivas, tornaram-se cânones do pensamento social latino americano. Seus textos foram consagrados e monumentalizados pela historiografia de

seus respectivos países e, em certa forma, reforçaram a separação entre a América de língua espanhola e a de língua portuguesa.

Bibliografia

Fontes

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Obras completas**: artículos críticos y literários (1841-1842). Tomo I. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Matanza, 2001, p. 19-20.

_____. **Recuerdos de provincia**. Buenos Aires: Emecé, 1998, p. 24.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil** até o seu reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

Referências bibliográficas

CHUST, Manuel & FRASQUET, Ivana. **Las independencias en América**. Madrid: Catarata, 2009.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias**. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Ediciones Encuentro, 2009.

HALPERÍN DONGHI, Tulio (org.). **Sarmiento. Author of a Nation**. Berkeley: University of California Press, 1994.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do Poderoso Império**: Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. **Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica**. **Rev. hist.**, São Paulo, n. 159, dez. 2008. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092008000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jan. 2011.

McFARLANE, Anthony. **Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações**. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 387-417.

MYERS, Jorge. **A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825)** In: PAMPLONA; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 69-92;

_____. MYERS, Jorge. Una cuestión de identidades. La búsqueda de los orígenes de la nación argentina y sus aporías. **Prismas Revista de História Intelectual**, ano 3, nº 3. Buenos Aires: Universidade de Quilmes, 1999.

PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. In: Revista Digital de Historia Iberoamericana. N. 1, v. 1, 2008, p. 70-105.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina**: história de uma idéia. São Paulo/Brasília: Edusp/UNB, 2008.

VIEIRA, Martha Victor. Varnhagen: um intelectual monarquista. In: **Revista Intellectus**. Rio de Janeiro: n. 05, v. II, 2006, p. 1-12. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano5n2/Texto%20de%20Martha.pdf>. Acesso em 10 janeiro 2011.